



Reflexão sobre crescimento econômico versus desenvolvimento: a perspectiva do COREDE Alto Jacuí

MACHADO, Vinicius de Camargoⁱ.
Doutorando em Desenvolvimento Regional – PPGDR - UNISC

Resumo: O estudo propôs evidenciar a dicotomia existente entre crescimento econômico e desenvolvimento, utilizou-se de um breve resgate teórico afim de estabelecer a relação divergente sobre o tema. O trabalho está organizado em quatro partes, introdução, teorização sobre desenvolvimento versus crescimento, COREDE Alto Jacuí: crescimento ou desenvolvimento. No final, após as análises e discussões mediante a sistematização de algumas variáveis que ajudaram a verificar a aderência teórica com o que até então fora proposto, permitiu que o estudo resulta-se em efetivamente apontar que embora existindo um crescimento a nível de Rio Grande do Sul, durante o período de 2014 a 2016, o que também ocorreu na região do COREDE Alto Jacuí, não é suficiente para dar conta de outros aspectos que dizem respeito a consolidação de bem-estar de um contingente populacional. A deficiência resultante fora apartir da constatação do percentual de abrangência da cobertura do saneamento básico do Estado, e por conseguinte do COREDE Alto Jacuí, em um contexto de crescimento, ainda, ficam considerações acerca das limitações e possíveis implementações no estudo.

Palavras-Chave: Crescimento econômico. Desenvolvimento. COREDE. Alto Jacuí.

1 Introdução

A ideia desse trabalho foi refletir sobre algumas variáveis que estabelecem ou relacionam-se com a dinâmica capitalista, no contexto da divisão geográfica do COREDE Alto Jacuí, verificando de maneira inicial, se poderia ser atribuído a essa região o conceito ou definição de uma região desenvolvida. Ou seria uma região com características distintas dessa condição, em função de um processo mais amplo, influenciado por ações externas ao contexto regional.

Embora seja controverso o conceito de desenvolvimento, a perspectiva adotada nesse estudo considerou como sendo o sentido diverso do simples crescimento econômico, atribuível como sendo desenvolvimento, pois inclui os demais aspectos como, a identidade cultural, as características naturais. Assim, sempre que a palavra desenvolvimento foi usada, o leitor deve atribuir a ela o sentido amplo.

Transcorrido um breve resgate teórico da dicotomia entre crescimento e desenvolvimento, passou-se a analisar as variáveis relativas a região do COREDE Alto Jacuí e do Rio Grande do Sul no que diz respeito a alguns indicadores que pudessem comprovar as argumentações do referencial teórico resgatado, onde mostrou ser necessário que além



de crescer uma região deve ser impulsionada por outras variáveis, pois apenas o crescimento econômico não traduz na eliminação de problemas como saneamento básico de uma região, que pode vir a comprometer o bem estar da região e até mesmo o crescimento.

2 Teorização sobre Desenvolvimento versus crescimento

Talvez a principal impasse que se têm estabelecido na conceituação do que representa ser melhor para uma determinada região, seja atribuir o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, pois crescimento embora tenha sua relevância, como condição anterior ao desenvolvimento, não é nunca será suficiente para o ápice de qualquer território.

O que fica evidente conforme Sachs (2004),

“[...] os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos [...]” (SACHS, 2004).

Ainda sobre modelos de crescimento econômico Clemente; Higachi (2000), fazem uma contextualização histórica de alguns dos modelos, citam a relevância do trabalho de Chamberlin e de Robinson, em relação à formação de preço, bem como ao nível de atividade de toda a economia, de Keynes e Kalecki, isso na década de 30. Já na década subsequente os autores destacam os trabalhos de Harrod e Domar, que segundo estes, embora tenham semelhança foram desenvolvidos de maneira independente.

Especificamente o macromodelo de Domar, segundo Clemente; Higachi (2000), está centrado na hipótese Keynesiana do papel fundamental do investimento na determinação do comportamento dinâmico da economia. Onde, neste modelo a variável investimento tem um duplo efeito: sobre a demanda agregada, na proporção do multiplicador keynesiano, e sobre a capacidade produtiva, na proporção da razão produto-capital. Conforme Araújo (1988, p.112), Keynes atribuía as imperfeições do mercado a deficiência de demanda, o que segundo ele é uma característica do sistema capitalista.

Ainda, destacam outros modelos que incluem além do investimento, o crescimento da força de trabalho, o modelo de Solow, ou consumo agregado, como o modelo do multiplicador-acelerado de Samuelson.

Posto esses argumentos os autores enfatizam que esses modelos citados, embora relevantes, não apresentam relação próxima com a economia regional, que destaca de modo especial o comércio e a interdependência regional. Mas ao contrário, essas variáveis



fundamentais desses modelos, investimento, força de trabalho e consumo agregado, seriam determinadas pela dinâmica própria da economia, internamente, não sendo influenciadas diretamente pelo exterior.

Já em relação ao conceito de desenvolvimento para Gremaud; Vasconcellos; Júnior (2017), existe uma divergência, ele muitas vezes é confundido com crescimento econômico, mas é preciso saber que não são a mesma coisa. Os autores entendem que crescimento econômico, trata-se da ampliação quantitativa da produção, ou seja, de produtos e serviços que venham a atender às necessidades humanas. Por outro lado, o conceito de desenvolvimento é mais amplo, superando o próprio crescimento econômico.

Destacam que esse entendimento em relação ao desenvolvimento econômico, a importância da magnitude da expansão de variáveis como produção, representada pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB), não é suficiente, pois precisa vir atrelado a natureza e a qualidade desse crescimento.

O desenvolvimento contempla condições amplas da vida da população, quer sejam de um país ou de uma parte deste, embora seja necessário destacar que o entendimento relacionado a condição de vida, qualidade, seja subjetivo e bastante relativo, pois há variáveis culturais e comportamentais envolvidas.

Para essa mensuração existem indicadores sociais que fornecem informações que refletem à qualidade de vida de uma população, alguns destes são, esperança de vida da população ao nascer, número de médicos e leitos hospitalares por habitante, acesso a água potável, taxa de alfabetização, quantidade média de anos na escola, entre outros.

Uma vez cruzando diferentes indicadores é possível obter melhores condições de avaliar como uma região situa-se em termos de desenvolvimento, evitando distorções de interpretação, para isso a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios contribuir substancialmente a análise.

Ainda, em relação ao IDH, trata-se da união do conceito de produto per capita com os indicadores sociais, segundo Gremaud; Vasconcellos; Júnior (2017), reflete melhor a avaliação do bem-estar de uma população ou o grau de desenvolvimento, esse indicador foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e vem sendo elaborado desde o início da década de 90.

Em uma perspectiva ampla e independente desenvolvimento deve significar conforme Nyerere citado Esteve (2000, p. 61), “[...] a mobilização política de um povo para atingir seus próprios objetivos; ou quando Rodolfo Stavenhagen propõe o etnodesenvolvimento ou desenvolvimento com confiança, ciente de que precisamos ‘olhar para dentro’ [...]”



Do ponto de vista do imaginário popular o desenvolvimento reflete um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo, para que esse possa expressar a sua essência. Entretanto talvez o que alimente a dicotomia existente entre crescimento e desenvolvimento passe pela origem da palavra, pois segundo Esteva (2000, p. 64), “[...] desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação [...]”.

Há vários aspectos que precisam ser refletidos acerca dessa dicotomia, mas o repensar sobre o crescimento econômico como ser suficiente para o desenvolvimento pleno de uma região, desde o século XX já transparecia frustrar boa parte das populações mundiais, pois conforme Sachs (2001, p. 155), o século XX terminou e as frustrações foram evidentes, pois a proposta global macula substancialmente a distribuição de recursos e renda, em diferentes nações e escalas, gerando assustadores problemas sociais e humanitários.

Ainda há de se refletir alguns macros indicadores que Sachs utiliza para evidenciar a insuficiência do mero crescer.

A população cresceu 1,7 para 6 milhões de pessoas e a expectativa de vida, nos países industriais, subiu de 45 para 75 anos. O progresso foi ainda mais espetacular nos países pobres: de 25 anos, em 1900, para 63, em 1985. Para as mulheres, o risco de morte no parto passou a ser 40 vezes menor, a partir de 1940. Ao início do século, 9 entre 10 pessoas viviam no campo; estamos nos aproximando do momento em que a população rural e a urbana serão equivalentes. Graças ao aumento da produtividade da mão-de-obra, o PNB foi multiplicado por 17,5, permitindo que o PNB *per capita* crescesse em quase cinco vezes. **Uma distribuição igualitária do PNB global daria a cada habitante de nosso planeta a quantia de cinco mil dólares, o suficiente para atender, de forma razoável, a todas as suas necessidades. Ao contrário, o que vemos é uma contínua deterioração da distribuição de renda** (SACHS, 2001, p. 156, grifo nosso).

Com o advento do crescimento econômico e as transformações tecnológica, se por um lado instrumentalizam possibilidades ou acesso a melhores condições, a poucas pessoas, a outra constatação é que há uma condição social dispare para um número superior no outro lado que não acessam a essas possibilidades criadas pela transformação tecnológica e por conseguinte originaria do crescimento.

Segundo Sachs (2001, p.157), uma conclusão óbvia pode ser extraída desse quadro de contrastes: o crescimento, em si, não traz, automaticamente, o desenvolvimento, ou, por sinal, a felicidade. A constância em incentivar políticas públicas que proporcione o mero crescimento, a chamada teoria do *trickle-down*, ou seja, o crescimento para os mais abonados, com a esperança de que os efeitos dessa concentração irão proporcionar efeitos



distributivos aos mais pobres, ou excluídos desse contexto. Apenas agrava essas distorções, o que pode ser constatado mediante o resgate histórico.

Mas considerar o desenvolvimento como uma condição em oposição do crescimento econômico não deve ser uma avaliação a ser considerada, pois ambos devem estar sintonizados, pois conforme Sachs (2001, p. 158), o crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento.

3 COREDE Alto Jacuí: Crescimento ou desenvolvimento?

A proposta dessa seção é resgatar algumas das métricas que podem indicar se o a região geográfica do Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí possui as características de uma região desenvolvida, comparando quando possível com o Estado do Rio Grande do Sul, ainda, sobre o COREDE conforme Coelho e Frizzo (2010, p.11), foram criados em 1991 e legalmente instituído através da Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. É um dos vinte e oito no Rio Grande do Sul, trata-se de um fórum de discussão, onde decisões e integrações de políticas, ações de lideranças e recursos orientados à promoção do desenvolvimento regional do Estado são permanentemente revisitadas.

Para caracterizar a região faz-se necessário uma breve abordagem quantitativa do COREDE Alto Jacuí, e logo na sequência passa-se a analisar algumas das métricas anteriormente já referidas. É composto por quatorze municípios, possui uma extensão territorial de 6.893,76 km², com uma população de 158.460 habitantes. Em termos de existência desse conjunto de municípios, a metade tem sua origem ligada a Cruz Alta, até porque é o único que possui mais de cem anos de existência, os demais oscilam entre um intervalo de 23 a 69 anos, com uma média de existência entorno de 46 anos, o que indica serem municípios relativamente novos.

A Tabela 1 relaciona o conjunto dos municípios que fazem parte do COREDE Alto Jacuí, com os seus respectivos Produtos Interno Bruto (PIB)ⁱⁱ dos anos de 2014 a 2016, um dos objetivos de demonstrar esses dados de forma “aberta” é para que o leitor tenha conhecimento dos municípios que compõem a divisão geográfica proposta para o estudo, bem como sempre que for mencionado tenha ciente que se trata de desses quatorze municípios.



Os dados demonstram um crescimento nominal, em termos de PIB a preço corrente, significativo, com uma intensidade maior do ano de 2015 para 2016, mas se considerar o crescimento anual perfaz 9,7% ao ano o que também é expressivo. Os únicos municípios que destoam é Não-Me-Toque e Quinze de Novembro.

Tabela 1 – PIB a Preço Corrente, dos municípios do COREDE Alto Jacuí (R\$) x 1000

Municípios	PIB (2014)	PIB (2015)	PIB (2016)
Boa Vista do Cadeado	173.898.635	180.846.399	232.612,29
Boa Vista do Incra	122.675.465	141.926.440	176.367,80
Colorado	131.150.574	155.556.577	185.075,10
Cruz Alta	2.678.501.707	3.001.468.831	3.311.973,25
Fortaleza dos Valos	244.392.588	243.209.635	286.515,41
Ibirubá	974.171.503	876.412.767	965.892,94
Lagoa dos Três Cantos	62.839.064	72.532.957	85.979,30
Não-Me-Toque	1.081.326.799	983.412.387	1.019.762,59
Quinze de Novembro	128.530.995	128.497.317	136.523,86
Saldanha Marinho	105.230.136	119.212.502	144.129,95
Salto do Jacuí	236.673.244	470.993.180	568.382,12
Santa Bárbara do Sul	490.590.260	544.747.443	634.074,53
Selbach	181.680.467	188.342.499	211.217,68
Tapera	326.419.965	356.129.649	396.617,53
Total	6.938.081.402	7.463.288.583	8.355.124,35

Fonte: IBGE, 2019. Adaptado pelo autor.

A Tabela 2 demonstra o PIB do Estado e do COREDE Alto Jacuí, e a participação percentual deste em relação ao Estado. De forma sintética a evolução do crescimento nominal do PIB do Estado foi seguida pela COREDE Alto Jacuí, embora em ritmo de crescimento



diferente, mas com a mesma tendência de crescimento, ainda em termos de representatividade percentual sobre o Estado, o ano de 2016, mostra uma maior relevância quando comparado aos anos anteriores a representatividade do COREDE Alto Jacuí sendo de 2,03% do total do PIB.

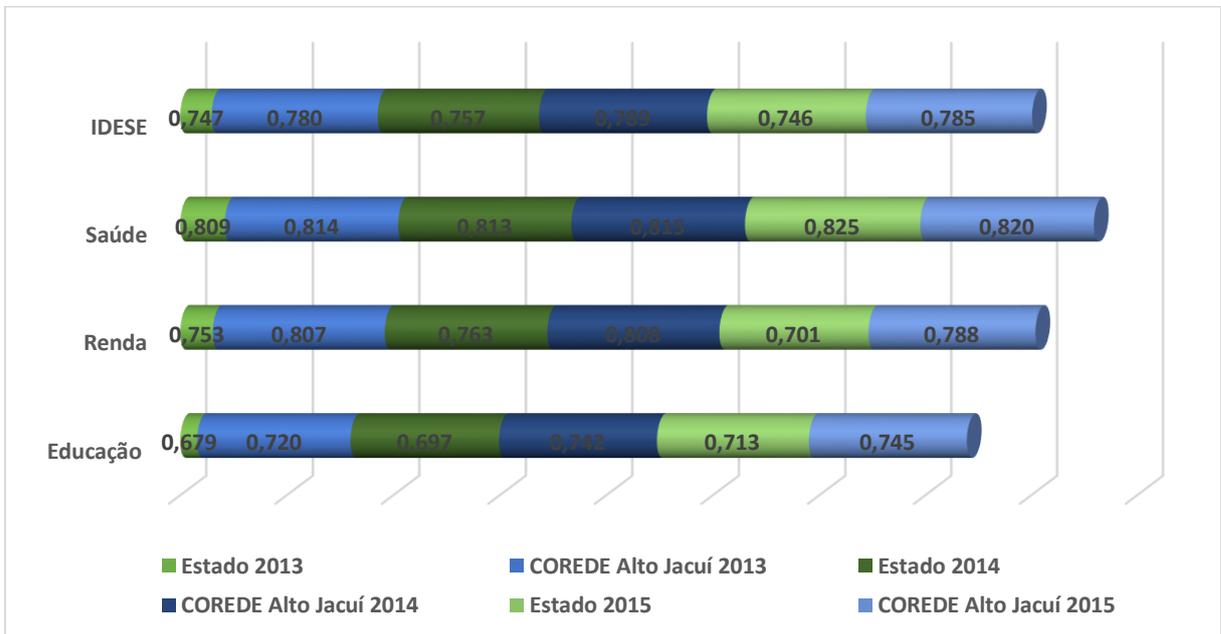
Tabela 2 – PIB a Preço Corrente (R\$ milhões) e participação percentual do COREDE Alto Jacuí

	PIB (2014)	PIB (2015)	PIB (2016)
Estado	357.816	381.985	410.276
COREDE Alto Jacuí	6.938	7.463	8.355
Participação percentual (%)	1,93	1,95	2,03

Fonte: FEE,2019, adaptado pelo autor.

O Gráfico 1 mostra o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)ⁱⁱⁱ, dos anos de 2013 a 2015 do Estado e do COREDE Alto Jacuí, trata-se de um indicador que sintetiza o nível de desenvolvimento das perspectivas da educação, renda e saúde. Ao analisar o IDESE consolidado percebe-se que os resultados do COREDE Alto Jacuí são superiores ao do Estado nos três anos analisados. E ao analisar por bloco, essa tendência se mantém, com destaque para o bloco renda e educação.

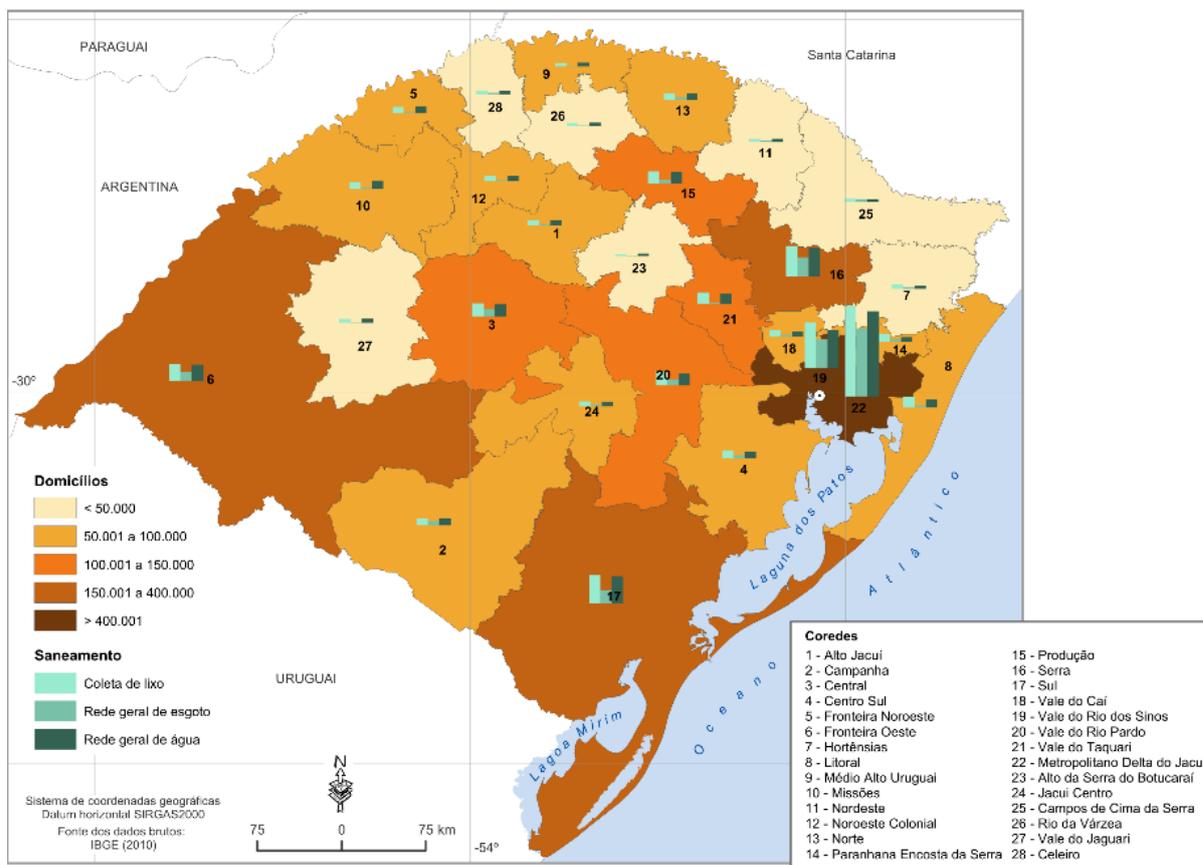
Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do Estado e do COREDE Alto Jacuí



Fonte: FEE, 2019, adaptado pelo autor.

O Mapa 1 aborda a disposição socioambiental sob a perspectiva do Saneamento Básico, onde o Estado apresenta deficiência no que diz respeito a adequada resolução na coleta e destino do lixo, falta de coleta e de tratamento de esgoto e a insuficiente distribuição de água tratada, o que resulta em externalidades nada satisfatórias. Segundo Pessoa (2017), “[...] o principal problema relacionado ao saneamento é a falta de coleta e tratamento do esgoto sanitário, já que o Estado coleta menos de 50% do esgoto gerado e trata apenas cerca de 13% [...].” Realidade que também faz parte do COREDE Alto Jacuí.

Mapa 1 – Saneamento no Rio Grande do sul e dos COREDES



4 Considerações Finais

Ao final desse estudo constatou-se que mesmo tratando-se de uma pequena série histórica e de poucos indicadores foi possível estabelecer, não uma conclusão acerca da dicotomia entre crescimento econômico e desenvolvimento, mas considerações importantes que indicam que embora uma determinada região geográfica, tenha crescimento em um determinado período, há indícios que não são suficientes para o desenvolvimento.

Afirmar está que toma como base o histórico analisado, que resultou em apontar um crescimento substancial nos três anos, tanto do Estado como também do COREDE Alto Jacuí, este com 9,7% ao ano, região está com uma participação percentual no total do PIB do Estado de aproximadamente 2%. E em relação ao IDESE, quando comparado o desempenho do COREDE Alto Jacuí em relação ao Estado, sempre obteve um melhor desempenho, sinalizando de certa forma que o crescimento pode ter contribuído para essa resultante.

Ainda, em relação ao IDESE, analisado de forma separada, ou seja, por bloco de composição, educação, renda e saúde, observa-se que a tendência de performance do COREDE Alto Jacuí fora substancial, com uma pequena exceção em o ano de 2015 em



saúde, com um desempenho inferior ao Estado. Na sequência o saneamento do estado mostrou ser uma variável que não reflete o crescimento ocorrido, pois apresenta déficit substancial, onde menos de 50% do esgoto gerado é tratado, resultado válido para o COREDE Alto Jacuí.

Por fim, não basta ter crescimento, pois se analogamente atribuirmos apenas a variável do saneamento e seus possíveis reflexos, já seria suficiente para afirmarmos, mesmo que de forma empírica que a região estudada não tem plenitude em termos de desenvolvimento. Em relação às limitações do estudo, talvez o ideal ou o mais adequado seja estender a série histórica, bem como ampliar as variáveis analisadas, como sugestão poderia ser incluso, segurança, esperança de vida ao nascer, entre outros.



Referências

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1998.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COELHO, João Gilberto Lucas. FRIZZO, Paulo Afonso. MARCONDES, Valéria. Apresentação. In: COELHO, João Gilberto Lucas. FRIZZO, Paulo Afonso. MARCONDES, Valéria. **Fórum dos Conselhos Regionais do Rio Grande do Sul. PRÓ-RS: proposta estratégica para o desenvolvimento regional no Estado do Rio Grande do Sul: 2011 – 2014**. 4 Ed. Passo Fundo, RS, p.9 – 19, 2010.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Ed. Vozes: Petrópolis, 2000. Cap.3, p.59-83.

FEE. Desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística. O **Atlas FEE** apresenta uma seleção de informações sobre a geografia física e política, o meio ambiente, a economia e a sociedade do Rio Grande do Sul, tendo na cartografia seu suporte principal. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/>>. Acesso em 30 maio. 2019.

FEE. Desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística. O **FEEDADOS** reúne informações de natureza socioeconômica relativas ao Rio Grande do Sul e a seus municípios. Disponível em: < <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=4>>. Acesso em 30 maio. 2019.

GREMAUD, Amaury Patrick. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia Brasileira contemporânea**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PESSOA, M. L. (Org.). PIB e VAB do RS. In: _____. **Atlas FEE**. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/>>. Acesso em: 1 de junho de 2019.

PESSOA, M. L. (Org.). Saneamento no RS. In: _____. **Atlas FEE**. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/socioambiental/saneamento/>>. Acesso em: 9 de junho de 2019.

SACHS, Ignacy. **Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política**. In: São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

SACHS, Ignacy. **Rumo a Ecosocioeconomia**. Teorias e práticas do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

ⁱ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES).

ⁱⁱ Conforme Pessoa (2017), “[...] é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia [...]”

ⁱⁱⁱ Conforme o Atlas FEE, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à educação, à renda e à saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento. Esse índice varia de 0 (pior situação) a 1 (melhor situação).